

Atendimento educacional especializado - um importante aliado na inclusão de crianças com surdocegueira

Katia Aparecida Cibas
Edvaldo Soares

Como citar: CIBAS, Katia Aparecida; SOARES, Edvaldo. Atendimento educacional especializado - um importante aliado na inclusão de crianças com surdocegueira. *In:* CAÇÃO, Maria Izaura; CARVALHO, Sandra Helena Escouto de (org.). **Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 111-126.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-313-7.p111-126>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 6

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – UM IMPORTANTE ALIADO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SURDOCEGUEIRA

Katia Aparecida Cibas¹

Edvaldo Soares²

INTRODUÇÃO

Minha trajetória na Educação Especial tem início em 1992, quando fui fazer um estágio na APAE de Suzano, desde então sempre atuei na educação especial. Em 2010 fui convidada pela Prof^a Maria Tereza Mantoan a fazer parte da equipe de tutores e de cursistas do Curso de Especialização *lato sensu* Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado da Universidade Federal do Ceará, concomitantemente participei como cursista do curso de Atendimento Educacional Especializado oferecido pela UNESP de Marília.

Durante o curso tivemos a oportunidade de confrontar a teoria e prática constantemente, refletir nossas ações e modificá-las, o que muitas

¹ Especializada em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e professora da rede municipal de ensino de Suzano SP. katia.cibas@yahoo.com.br

² Doutor em Neurociências pela Universidade de São Paulo – USP e docente do Departamento de Psicologia da Educação da FFC – Unesp – Marília SP. edsoares@marilia.unesp.br

vezes devido à rotina diária é deixado de lado. A parte teórica sempre foi embasada em legislação vigente como a *Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) e a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006).

Podemos dizer que a *Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* de 2008 é um grande marco na história da educação ao deixar claro o público-alvo da educação especial – alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como ao especificar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço da educação especial que tem por função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras, que impedem a plena participação dos alunos. Sendo o AEE complementar ou suplementar a formação do aluno não substitui as atividades realizadas na sala comum. Com a definição de uma política inclusiva, a Educação Especial teve um ganho significativo, pois era comum o encaminhamento de alunos com dificuldade de aprendizagem ou de comportamento para o atendimento especializado. Outro ganho importante decorrente da definição de políticas para a Educação Especial foi a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas comuns, mas com a garantia do apoio necessário para que o aluno não enfrente barreiras em seu processo de escolarização (BRASIL, 2008; MENDES, 2010).

Além da *Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), outro importante marco legal desta década é a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil com status de emenda constitucional, que reforça a transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos e a disponibilização de recursos específicos de acordo com a necessidade de cada aluno, bem como responsabiliza os Estados Partes na garantia de que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional sob a alegação da deficiência. Conforme Mantoan:

O Brasil, nesta última década, destacou-se pela vanguarda de seus projetos inclusivos. A proposta brasileira de educação especial, na perspectiva inclusiva, se diferencia das demais, porque garante a educação a todos os alunos, indistintamente, em escolas comuns de ensino regular e a complementação do ensino especial. Essa inovação,

como está claro na nova Política Nacional de Educação Especial, não só redimensiona a educação especial como provoca a escola comum, para que dê conta das diferenças na sua concepção, organização e práticas pedagógicas. Temos de aproveitar esses novos tempos para romper com paradigmas que nos detêm no avanço e melhoria da educação brasileira. (2008, p. 19)

Mantoan (2004; 2008) indica resultados animadores, com quebra de paradigmas e deixando de lado o ensino segregado que sempre foi à marca da educação especial.

Entretanto, acreditamos que ainda temos muito a caminhar. Por isso é fundamental estarmos em constante auto-avaliação e em contato com os professores da rede comum de ensino, alunos e familiares para que possamos proporcionar uma educação, onde todos tenham seus direitos respeitados, independente de sua condição física ou mental. Nesse sentido, temos a importante missão na construção/concretização de uma escola para todos, conforme uma perspectiva de sociedade justa e igualitária. Além disso, é importante destacar a importância do nosso papel como educadores no sentido de colaborar para que as pessoas com deficiência façam valer seus direitos; para que ocupem o seu lugar de cidadão consciente e participativo e, seja protagonista de sua história. Tudo isso é fundamental para que a inclusão social e escolar seja verdadeiramente coerente com as políticas citadas (MANTOAN, 2004; ALVES; GOTTI, 2006).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem um papel fundamental neste processo de transformação da escola comum para que a mesma atenda a todos com qualidade, disponibilizando recursos e estratégias que auxiliem no rompimento das barreiras impostas pela escola comum, conforme preconizado pela *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008; MENDES, 2010).

Estudos têm apontado para um aumento significativo de matrículas de pessoas com deficiência nas escolas comuns. Porém, há ainda uma grande parcela dessas pessoas que continuam em espaços segregados (MENDES, 2006; ARÁOZ; COSTA, 2008). Tal segregação ocorre, em grande parte, devido ao despreparo da escola comum em prestar atendimento à referida população. Esse despreparo se dá essencialmente pela falta de conhecimento dessas escolas comuns de como trabalhar

com essas pessoas. Um exemplo desse despreparo se dá em relação ao atendimento de indivíduos com surdocegueira, os quais, por apresentarem comprometimento na visão e audição, necessitam de recursos e técnicas específicas de comunicação e de estimulação da aprendizagem, que ainda não são dominadas pela escola comum (GLAT; FONTES; PLETSCHE, 2006; KASPER; LOCH; PEREIRA, 2008).

Este estudo objetiva analisar a proposta do AEE para pessoas com surdocegueira e identificar, na literatura especializada, quais os recursos que podem ser disponibilizados para que as pessoas portadoras de surdocegueira possam se integrar em salas de aula/ ambientes educacionais comuns, em igualdade de oportunidade com os demais. Em função destes objetivos foi realizada pesquisa bibliográfica em fontes especializadas, nas quais foram selecionados os seguintes temas: conceitos e concepções de surdocegueira; histórico da educação de pessoas com surdocegueira; inclusão de alunos com surdocegueira em escolas comuns; recursos disponíveis ao atendimento de portadores de surdocegueira e, Atendimento Educacional Especializado.

DEFINIÇÃO DE SURDOCEGUEIRA

A definição de surdocegueira sofreu várias alterações ao longo do tempo. De acordo com Frederico (2006), antes do estabelecimento do termo “surdocegueira”, foram utilizados outros como: Dificuldade de Aprendizagem Profunda e Múltipla (DAPM), Múltipla Deficiência Severa, Cego com Deficiência Adicional, Múltipla Privação Sensorial (MPS) e dupla Deficiência Sensorial. Inclusive foi concebida como uma soma de comprometimentos sensoriais até o final dos anos 1980. Por exemplo, na *I Conferência Mundial Helen Keller*, realizada em 1977, o surdocego era definido como um indivíduo que apresentava uma perda substancial da visão e audição, de tal modo que a combinação de suas deficiências causava extrema dificuldade em termos de aquisição de habilidades educacionais, vocacionais, de lazer e sociais (CHIARI; BRAGATTO; NISHIHATA; CARVALHO, 2006). Entretanto, pesquisadores como Writer (1987); Freeman (1991); Legati (1995); Wheeler e Griffin (1997) e McInnes (1999) concordavam que a surdocegueira era um evento único e, como tal requeria abordagens

específicas de comunicação, orientação e mobilidade e de acesso as informações do mundo exterior.

De acordo com Maia (2004, p. 6) no Brasil temos adotado a definição do *Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial*, sendo a qual a surdocegueira é: “uma deficiência única, com graves perdas visual e auditiva combinadas. Essa combinação leva a pessoa surdocega a ter necessidade de formas específicas de comunicação, para ter acesso à educação, lazer, trabalho, vida social etc”.

A surdocegueira pode ser congênita, ou seja, ocorre quando a criança já nasce e/ou adquire antes da aquisição de uma língua. Também é conhecida como surdocegueira pré-linguística. Quando a surdocegueira é adquirida após a aquisição de uma língua é denominada surdocegueira pós-linguística. Nessa categoria são classificadas a pessoa que nasce surda e adquire uma deficiência visual; cegos congênitos com surdez adquirida; indivíduo com surdocegueira adquirida em função de acidente de carro, acidente vascular cerebral, choque anafilático por medicação, tumores cerebrais. Em alguns casos a surdocegueira pode ter outras deficiências associadas como deficiência física ou intelectual (McINNES, 1999; CHIARI; BRAGATTO; NISHIHATA; CARVALHO, 2006).

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA NO BRASIL

Ao pesquisar a história da educação das pessoas com surdocegueira, encontramos como referência a história de Helen Keller que ficou mundialmente conhecida como a primeira pessoa com surdocegueira a ser completamente incluída na sociedade. Na bibliografia de Helen Keller é clara a importância que a professora Anne Sullivan teve para seu desenvolvimento acadêmico e profissional (CADER-NASCIMENTO; COSTA, 2003).

No Brasil, a história da educação de pessoas com surdocegueira também está ligada a Helen Keller, pois sua visita ao Brasil, em 1953, estimulou a professora Nice Tonhosi Saraiva que lecionava para cegos do Instituto Padre Chico, em São Paulo, a estudar a comunicação dos surdos. Em função desse objetivo, a professora Nice Tonhosi foi ao Rio de Janeiro

fazer um curso. Com o objetivo de se aprofundar na temática foi como bolsista para *Perkins School for the Blind*, nos Estados Unidos, onde se especializou (OLMOS, 2007).

Ao retornar em 1961, Nice Tonhosi iniciou oficialmente a educação do surdocego brasileiro atendendo duas crianças no Instituto Padre Chico. Porém, em função de limitações financeiras o trabalho no Instituto cessou. Nice Tonhosi então, juntamente com a também professora de cegos, Thereza Adelina Barros iniciam a busca de outra instituição para dar continuidade ao projeto de educação de surdocegos. Com verba obtida junto à Campanha Nacional de Educação de Cegos, criaram um setor de educação de Deficiências Audiovisuais (SEDAV) junto à Fundação para o Livro do Cego no Brasil, a qual atualmente é denominada Fundação Dorina Nowill (OLMOS, 2007). Em 1968, a professora Nice funda em São Caetano do Sul - SP uma escola de deficientes audiovisuais, a qual foi chamada de *Escola Residencial para Deficientes Audiovisuais – ERDAV*. Mais tarde a referida escola foi fechada, mas, em 1977, foi criada em São Caetano do Sul - SP a *Fundação Municipal Anne Sullivan*, mantenedora até hoje da *Escola de Educação Básica Anne Sullivan*, substituta da ERDAV. A partir daí diversas iniciativas surgiram no Brasil. Entre elas Olmos (2007) destaca o trabalho de Neusa Basseto, que se se especializou nos Estados Unidos, na *Perkins School for the Blind* e na *Saint Michielgestel*, Holanda.

Cabe destacar também a criação, em 1982, de um serviço de atendimento clínico, avaliação funcional da visão, orientação e programa de reabilitação voltados à familiares e portadores de baixa-visão associados e outros comprometimentos, como a surdez ou problemas motores, no Setor de Baixa Visão do Departamento de Oftalmologia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, mais tarde denominado *Centro Eva Lindsted*. A partir desses ‘embriões’ foram criados ainda entre outras: a Associação para Deficientes da Áudio Visão - ADefAV, na cidade de São Paulo, em 1983; a Associação Educacional para a Múltipla Deficiência, Instituição que atua com surdocegos e multideficientes - AHIMSA, em 1991; a ONG denominada Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e Múltiplo Deficiente Sensorial, em 1999 (OLMOS, 2007).

A INCLUSÃO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA

Em relação à inclusão do aluno com surdocegueira na escola comum, constatamos que é necessária a disponibilização de alguns recursos específicos, posto que para aprender seja imprescindível a interação do sujeito com o outro. Espera-se que ele seja um sujeito ativo no seu processo de aquisição de conhecimento, porém é necessário também repensar a prática pedagógica, a atuação da equipe escolar, pois apenas os recursos não serão suficientes, para que o aluno com surdocegueira tenha sucesso em seu percurso escolar é necessário que a adoção de estratégias diferenciadas.

Pensando na escolarização de pessoas com surdocegueira muitos pesquisadores sugerem a reflexão acerca do princípio de interação, a mediação e as estratégias de ensino. A interação é fundamental no processo educacional, porém pessoas com privação sensorial apresentam muita dificuldade em interagir no meio e com o meio, sendo necessário que haja a mediação e intervenção do outro, neste processo é necessária a presença de instrutores mediadores, um profissional que irá fazer a mediação entre a pessoa com surdocegueira e o seu ambiente, a fim de capacitá-la para se comunicar com o mesmo efetivamente e receber informações não distorcidas do mundo ao seu redor. Devido às suas especificidades dificilmente uma pessoa com surdocegueira irá se encaixar num ensino tradicional, no qual a aquisição de conteúdo é priorizada por meio das interações pelas vias visuais e auditivas, justamente as quais o surdocego encontra-se privado.

A equipe escolar deve verificar quais as habilidades e necessidades de cada aluno para elaborar seu planejamento de modo que o aluno com surdocegueira seja inserido em todos os contextos. A participação da família e do aluno durante o planejamento deve ser prioridade, pois são eles que poderão melhor indicar os recursos e estratégias de ensino (MAIA et al., 2008; CORMEDI; ANDREOSSO; CARILLO, 2010).

O Atendimento Educacional Especializado assume um importante papel na escolarização das pessoas com surdocegueira ao compartilhar informações, orientações e disponibilizar recursos específicos, porém todo o trabalho deve ser realizado em conjunto com a equipe escolar. Pensando em

estratégias e recursos específicos para pessoas com surdocegueira, há uma vasta gama de possibilidades, a seguir serão destacadas algumas destas possibilidades.

Uma das possibilidades de comunicação com a pessoa com surdocegueira é o uso de objetos de referência que são objetos com significado específico associado a ele e representa algo para a pessoa com surdocegueira, podendo ser utilizado para substituir a palavra. Também são utilizados objetos de referência pessoal – quando um objeto representa uma pessoa, por exemplo, através do colar o aluno pode identificar sua professora. É importante que cada pessoa tenha um objeto de referência e sempre esteja usando-o quando for atender a pessoa com referência. Os objetos de referência são grandes aliados para que a pessoa com surdocegueira tenha conhecimento do mundo ao seu redor, consiga identificar pessoas, atividades, por isto o surdocego deve participar na escolha do melhor objeto de referência, para que realmente tenha significado e seja funcional (MAIA et al., 2008; CORMEDI; ANDREOSSI; CARILLO, 2010).

O sistema calendário também é um recurso eficaz de comunicação desde a década de 60. Os calendários são instrumentos que auxiliam a pessoa com surdocegueira a ter noção de tempo, rotina, conceitos temporais, abstratos e na ampliação de vocabulário. Há diversos modelos de calendário, podendo ser diário, semanal ou mensal. Na escola, o sistema calendário auxilia o aluno a se organizar, sabendo previamente o que irá acontecer. A professora poderá elaborar um calendário diário, porém o aluno também poderá ter um calendário mensal, onde contenha as principais atividades programadas para aquele mês. O calendário poderá ser confeccionado com objetos reais, objetos de referência, pistas táteis, pistas visuais, a escolha do material e do tipo de calendário dependerá das habilidades e dificuldade de quem irá utilizá-lo (CADER-NASCIMENTO; COSTA, 2000; 2003).

Para favorecer a independência e autonomia das pessoas com surdocegueiras que não conseguem estabelecer a comunicação oralmente ou por LIBRAS, pode-se adotar a Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA.

De acordo Sartoretto e Bersch (2010), na Comunicação Alternativa são organizados e construídos recursos como cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, dependendo da maneira como for utilizado,

pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação para pessoas com surdocegueira é necessário uma avaliação criteriosa do emprego do CAA, pois dependendo do comprometimento visual faz-se necessária a adoção de miniaturas, objetos reais ou parte destes objetos, alto relevo, dentre outros recursos. Devemos sempre utilizar ao máximo os sentidos remanescentes do deficiente e lembrar que a comunicação alternativa deve ser pensada individualmente de acordo com as características da pessoa (MAIA et al., 2008; CORMEDI; ANDREOSSI; CARILLO, 2010).

A caixa de antecipação é outra forma de comunicação, para pessoas com surdocegueira que não possuem um sistema formal de comunicação. Dentro de uma caixa são colocados objetos de referência já conhecidos pela pessoa de acordo com o planejamento do dia e com os objetos de referência já conhecidos por quem irá utilizá-la. Através dela a pessoa terá conhecimento das atividades a serem realizadas e poderá optar por determinada atividade (CADER-NASCIMENTO; COSTA, 2000; 2003).

As pessoas que não falam possuem dificuldade na interação com o outro, principalmente em relação à apresentação inicial, gostos e preferências, sendo comum vermos outra pessoa falando pela pessoa que não fala. Para facilitar a interação é utilizado o passaporte – um documento com as principais informações sobre a pessoa como seu nome, idade, endereço, sua família, uso ou não de medicação, suas preferências ou como gosta de ser tratado. Para ser funcional deve ser um documento simples, de fácil entendimento para todos e seja colocado ao alcance da pessoa com surdocegueira para ela apresentá-lo a quem quiser (MAIA et al., 2008; CORMEDI; ANDREOSSI; CARILLO, 2010).

O professor do Atendimento Educacional Especializado, além da disponibilização de recursos específicos para a pessoa com surdocegueira, deve trabalhar com a orientação e mobilidade. A orientação e mobilidade envolvem muito mais do que o treino de bengala, sendo uma oportunidade da pessoa surdocega a conhecer o mundo ao seu redor e sentir segurança para locomover-se e utilizar todos os espaços.

De acordo com Giacomini, Sartoretto e Bersch (2010, p. 13), “a orientação e mobilidade é um conjunto de técnicas e estratégias, baseadas em informações psicossensoriais, que auxiliam a criança a se orientar e se

locomover nos espaços em que ela vive”. Para a pessoa com surdocegueira este é um trabalho essencial para sua autonomia e independência motora, porém esse trabalho de orientação deve ser realizado por um profissional habilitado e que tenha algum vínculo com a pessoa, pois, é essencial que ela tenha segurança e confie no profissional.

Há diversos recursos a serem utilizados na orientação e mobilidade, sendo escolhidos de acordo com as necessidades e preferências da pessoa. Para as crianças com surdocegueira pré-linguística este trabalho deve ser realizado desde o nascimento, como parte da rotina diária da criança. Na escola é necessário que todos os espaços sejam sinalizados para facilitar sua identificação e que sejam colocadas pistas durante o trajeto, podendo ser através de cores contrastantes ou texturas diferenciadas. Também é necessário que os móveis e objetos sejam sinalizados para favorecer a iniciativa, escolha, autonomia e independência do aluno (GIACOMINI; SARTORETTO; BERSCH, 2010).

Indivíduos com graus diversos surdocegueira precisam ser estimulados adequadamente para que tenham mais chances de se desenvolver social, mental e biologicamente. Para tanto, por exemplo, para os indivíduos que apresentam resíduos em termos de visão, é imprescindível a realização de uma avaliação funcional que direcionará o trabalho no sentido de adaptar os materiais com cores contrastantes, tipo de iluminação, posição e distância da pessoa em relação à lousa e demais materiais, uso da lousa, movimentação do professor, tamanho de letra e uso de materiais escritos ou com figuras (ARIAS; ZEFERINO; BARROS FILHO, 2004; MASINI, 2011).

Algum resíduo auditivo também pode estar presente e deve ser estimulado através do uso de recursos de amplificação sonora e posicionamento do aluno em classe, a pessoa com surdocegueira deve ter garantido em sala um lugar em que favoreça o acesso às fontes sonoras. Também é fundamental a ausência de muito ruído, fato que pode ser amenizado com o uso de cortinas, isolamento acústico nas paredes, feltro no pé das cadeiras, cadeiras mais pesadas que dificultem o arrastamento constante, dentre outros (ARIAS; ZEFERINO; BARROS FILHO, 2004; MASINI, 2011).

O uso do tato como instrumento para o desenvolvimento de conceitos é muito comum para estas pessoas. Caberá ao professor de AEE disponibilizar materiais que favoreçam a aquisição de informações através do tato, podendo ser materiais em Braille ou então adaptados. Para a adequação dos materiais o professor de AEE deverá usar muita criatividade e materiais diversificados, a fim de proporcionar ao aluno o máximo de informações. Atualmente há uma grande variedade de materiais disponíveis no mercado, porém às vezes não se encaixam na necessidade do aluno e o professor poderá confeccionar os materiais utilizando até mesmo sucatas (CADER-NASCIMENTO; COSTA, 2000; 2003; MAIA et.al., 2008).

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Para que o Atendimento Educacional Especializado seja eficiente é fundamental que seja elaborado um Plano de Atendimento. Este plano deve ser realizado em conjunto com a família, equipe escolar, todos profissionais que atendem a pessoa com surdocegueira, bem como a própria pessoa. Na elaboração do Plano é importante observar alguns itens, como: objetivos, atividades, período de atendimento, adequações de materiais, parcerias necessárias.

O Atendimento Educacional Especializado deve ter como objetivos principais criar condições para que a pessoa com surdocegueira possa perceber-se como indivíduo e sujeito pertencente a um grupo. Deve também viabilizar recursos e estratégias que amplie sua participação, desenvolvimento social, afetivo e pedagógico, bem como desenvolver a habilidade de comunicar-se através da utilização da prancha de comunicação e ter maior autonomia em relação à orientação e mobilidade (ROPOLI et.al., 2010).

Deverão ser previstas atividades para o estabelecimento da comunicação, posto ser esta a maior dificuldade da pessoa com surdocegueira, podendo ser utilizado algum tipo de Comunicação Aumentativa e Alternativa

Para trabalhar a orientação e mobilidade, inicialmente devem ser apresentados todos os ambientes da escola e verificar com a pessoa quais os recursos necessários para facilitar sua mobilidade, podendo ser utilizado

bengala, faixas contrastantes no chão ou piso tátil, pistas de referência para identificação das salas, como por exemplo, um livro afixado na porta da biblioteca. Quanto à identificação das pessoas pode ser feita através de objetos de referência pessoal – objetos que possuem significados especiais associados a eles. Na escola é necessário estabelecer objetos de referência para todos os funcionários. Os materiais a serem adaptados precisam ser selecionados em comum acordo com a professora da sala de aula, com base no planejamento das atividades que serão aplicadas para toda turma (ROPOLI et al, 2010).

Para que o trabalho com a criança com surdocegueira tenha sucesso é fundamental que haja parceria entre a equipe escolar e a família para que juntos possibilitem uma gama variada de estímulos, o professor de AEE pode colaborar nesta parceria promovendo encontros entre todos os envolvidos no processo educacional, para que juntos busquem a melhor estratégia de atuação. Nestes encontros além da equipe escolar e a família poderão ser envolvidos outros profissionais que acompanham a pessoa com surdocegueira como fonoaudióloga, psicóloga e também a própria pessoa (CADER-NASCIMENTO; COSTA, 2000; 2003; ROPOLI et al, 2010).

O plano deve ser executado no contraturno do período da sala comum, sendo previsto os dias e horários de atendimento. Além do atendimento no contraturno é imprescindível que seja acompanhamentos em sala de aula para que se verifique a necessidade de adequação dos recursos disponibilizados e de adaptação dos materiais pedagógicos, bem como, reuniões com a equipe escolar e família com o intuito de realizar um trabalho conjunto de estimulação quanto à autonomia, independência, orientação e mobilidade.

Os materiais a serem adaptados serão selecionados em comum acordo com a professora da sala de aula, com base no planejamento das atividades que serão aplicadas para toda turma. Quanto à acessibilidade arquitetônica deverá ser providenciada a colocação de faixas de contraste no piso e de pistas sinalizando os ambientes da escola. (ROPOLI, et al., 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com surdocegueira nas escolas comuns é muito recente, ainda persiste a ideia de que estas pessoas necessitam de muitos recursos específicos e as escolas não estão preparadas para acolhê-las. No município de Suzano, temos apenas um aluno com surdocegueira em sala de aula comum. Trabalhar com ele tem sido um desafio, porém a cada dia temos a certeza de que é possível a realização de um trabalho que proporcione a ele sua participação em todas as atividades propostas.

Na escola comum pode haver várias barreiras que dificultam a plena participação das pessoas com surdocegueira, por isto é imprescindível lembrarmos que a educação não ocorre com ações isoladas, sendo necessário o acompanhamento, orientação e formação com toda comunidade escolar. É importante que o Atendimento Educacional Especializado caminhe junto com a escola e estabeleça uma rede de atendimento através de parcerias com outras secretarias, instituições ou organizações não-governamentais. E principalmente que a família e o próprio aluno participem ativamente de todas as ações.

A elaboração de um plano de Atendimento Educacional Especializado é fundamental, porém deve estar em constante reavaliação para que possamos manter as ações exitosas e rever as que não estão dando resultados.

O Atendimento Educacional Especializado para pessoa com surdocegueira tem a importante missão de fortalecer a perspectiva que educação inclusiva relaciona-se de forma transversal à Educação dado que se refere ao aprimoramento da qualidade social da educação de todos e de cada um, apoiando-se na diversidade como valor e, portanto, de responsabilidade de todos os educadores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D.O; GOTTI, M. O. Atendimento educacional especializado: concepção, princípios e aspectos organizacionais. *Ensaio pedagógicos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- ARÁOZ, S.M.M; COSTA, M.P.R. Aspectos biopsicossociais na surdocegueira. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 14, n. 1, p. 21-34, 2008.
- ARIAS, M.H.R.; ZEFERINO, A.M.B.; BARROS FILHO, A.A. Surdocegueira: importância da estimulação precoce. *Temas sobre Desenvolvimento*, v.13, n. 7, p.:12-19, 2004.
- BAPTISTA, C. R. et al. *Colóquio - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. In: *Inclusão: Revista da Educação Especial*. Brasília, v. 4, n. 1, p. 18-32, 2008.
- BOSCO, I.C.M.; MESQUITA, R.S.H.; MAYA, S.R. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla*. Brasília. Ministério da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Fortaleza. Universidade do Ceará, 2010.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- _____. *Decreto 6949*, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Imprensa Oficial, 2009.
- _____. *Lei 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- _____. _____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. *Inclusão-Revista de Educação Especial*, n. 4, 2008.
- _____. _____. Secretaria de Educação Especial. *Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretaria de Educação Especial*. Brasília: MEC-SEESP, 2010.
- _____. _____. *Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira/múltipla deficiência sensorial*. Brasília: MEC,SEESP, 2003.
- BRUNO, M. *Inclusão da criança com baixa visão e múltipla deficiência*. Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2009.
- CADER-NASCIMENTO, F.A.A.A.; COSTA, M.P.R. A prática educacional com crianças surdocegas. *Temas de Psicologia*, v.11, n.2, p. 134-146, 2003.
- _____; _____. Possibilidades de intervenção pedagógica com crianças surdas com comprometimento visual. *Anais... 23ª Reunião da ANPED*. Caxambu: ANPED, 2000, p.1-14.1 CD-ROM
- CHIARI, B.M.; BRAGATTO, E.L.; NISHIHATA, R.; CARVALHO, C.A.F. Perspectivas da atenção fonoaudiológica diante do diagnóstico e prognóstico da surdocegueira. *Distúrbios da Comunicação*, v. 18, n. 3, p. 371-382, 2006.

- CORMEDI, M.A; ANDREOSI, S.C; CARILLO, E.F. *A criança com surdocegueira*. In: SAMPAIO et. al. *Baixa Visão e Cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão*. Rio de Janeiro: Cultura Médica - Guanabara Koogan, 2010.
- FREDERICO, C. E. *O domínio de atividades de vida autônoma e social referentes à alimentação de crianças surdocegas com fissura lábio palatal*. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- FREEMAN, P. *El bebé sordo-ciego*. Um programa de atención temprana. Madrid: Española – ONCE, 1991.
- GIACOMINI, L.; SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial*. Brasília/ Fortaleza: MEC - Secretaria de Educação Especial/ Universidade do Ceará, 2010.
- GLAT, R.; FONTES, R.S.; PLETSCH, M. D. Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. *Cadernos de Educação*, v. 6, p. 13-30, 2006.
- FÁVERO, E.A.G.; MANTOAN, M.T.E.; PANTOJA, L.M. *Atendimento Educacional Especializado – aspectos legais e orientações pedagógicas*. Brasília: MEC/SEESP. 2007.
- KASPER, A.A.; LOCH, M.V.P.; PEREIRA, V.L.O. Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações. *Educar*, n. 31, p. 231-242, 2008.
- LAGATI, S. “Deaf-blind” or “Deafblind”? International perspectives on terminology. *Journal of Visual Impairment Blindness*, p. 306, 1995.
- MAIA, S.R. *Educação do surdocego, diretrizes básicas para pessoas não especializadas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.
- MAIA, S.R. et. al. *Sugestões de estratégias de ensino para favorecer a aprendizagem de pessoas com surdocegueira e deficiência múltipla sensorial: um guia para instrutores mediadores*. São Paulo: Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial/CIDA, 2008.
- McINNES, J.M. *Deafblindness: a unique disability*. In.: McINNES, J.M. (org.). *A guide to planning and support for individuals who are deafblind*. Toronto/Canadá: University of Toronto Press, 1999, p. 3-32.
- MANTOAN, M.T.E. (org). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Revista C.E.J.*, v. 8, n. 26, p. 36-44, 2004.
- MASINI, E.F.S. Pesquisas sobre surdocegueira e deficiências sensoriais múltiplas. *Construção Psicopedagógica*, v.19, n.18, p. 65-72, 2011.
- MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

_____. Pesquisas sobre inclusão escolar: revisão da agenda de um grupo de pesquisa. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 2, n. 1, p. 3-25, 2010.

OLMOS, H.M. *Meio século trabalhando com o surdocego e múltiplo deficiente no Brasil*. In.: INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Congresso INES: 150 anos no Cenário da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: INES, 2007, p. 73-76.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência*, 2006. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/cidadania/dpesdef/onu.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

ROPOLI, E.A. et al. *A educação especial na perspectiva da inclusão: a escola comum inclusiva*. Brasília/ Fortaleza: MEC - Secretaria de Educação Especial/ Universidade do Ceará, 2010.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa*. Brasília/ Fortaleza: MEC - Secretaria de Educação Especial/ Universidade do Ceará, 2010.

WHEELER, L.; GRIFFIN, H.C. A movement-based approach to language development in children who are deaf-blind. *American Annals of the Deaf*, v. 142, n. 5, p. 387-390, 1997.

WRITER, J. *A movement - based approach to the education of student who are sensory impaired/multihandicapped*. In.: GOETZ, L.; GUESS, D.; STREMEL-CAMPBELL, K. (eds.), *Innovative program design for individuals with dual sensory impairments*. Baltimore/London: Paul H. Brookes Publishing Co, 1987.